

DESFAZENDO RESERVAS: CONTRAMOBILIZAÇÕES DE SETORES DO MODELO AGROMINERAL NA AMAZÔNIA¹

RENATA BARBOSA LACERDA

- ¹ Este trabalho, resultante de pesquisa de pós-doutorado, foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), processo SEI 260003/008725/2023. Agradeço a Alexandre Barreto, Igor Rolemberg, Paula Lacerda, Januária Mello e demais participantes do evento Etnografias da Mobilização Social na Amazônia, cujos comentários oportunos a versões iniciais deste trabalho foram fundamentais para sua forma final.

RESUMO: Desde a criação da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim em 2006, no Sudoeste do Pará, grupos locais se engajaram na luta da Flona para contestar esse território. A partir de etnografias sobre a região e de fontes secundárias sobre ações coletivas organizadas pela elite regional, do primeiro governo Lula (2003-2006) ao governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), este trabalho descreve como contramobilizações à institucionalização de políticas ambientais, indigenistas e agrárias têm resultado na sua flexibilização. As análises etnográficas demonstram a importância da construção de memórias coletivas da colonização da Amazônia por colonos sulistas (brancos) e de uma luta contra uma terra indígena. A produção de comunidades imaginadas, a partir da mistura que reafirma a supremacia branca, é cerne de um modo colonial de ocupação de fronteiras e de um repertório de ação coletiva que reuniu eventualmente não só diferentes setores da elite (agronegócio e mineração), como agentes subalternizados (indígenas e trabalhadores rurais).

PALAVRAS-CHAVE: mobilizações sociais, elites, branquitude, áreas protegidas, Amazônia.

Introdução

Em setembro de 2024, o governo federal inovou institucionalmente em termos da questão ambiental, com a primeira ação judicial por danos climáticos em unidades de conservação (UC) no país. Trata-se da Ação Civil Pública (ACP) Reparatória de Dano Climático nº 1039990-13.2024.4.01.3900, movida pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).² Essa ACP responsabilizou membros de uma família de pecuaristas por danos climáticos causados pela degradação de uma área de 7.075 hectares na Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim,³ a qual gerou a emissão de mais de 1 milhão de toneladas de carbono. A família — composta por pessoas brancas oriundas da região sul e do Mato Grosso, conforme revelam em suas redes sociais — passou a ocupar e desmatar a área em 2014, segundo registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A ACP exigiu a desocupação dos 7 mil hectares e o ressarcimento de R\$ 635 milhões por danos climáticos causados pela criação de gado nessa UC, além da proibição de incentivos fiscais e acesso ao crédito.

A Flona do Jamanxim é uma UC de uso sustentável criada em 2006 com 1,3 milhão de hectares, no município de Novo Progresso (sudoeste do Pará), a oeste da rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém, que se sobrepõe à Reserva Garimpeira do Tapajós.⁴ De acordo com estimativas do ICMBio, a Flona do Jamanxim responde por 85% da venda das 100 mil cabeças de gado bovino criadas nessa e em duas UCs próximas. A Flona é parte de um mosaico de UCs e de projetos

2 Disponível em: <https://jusclima2030.jfrs.jus.br/wp-content/uploads/2024/11/Inicial-ACP-1039990-13.2024.4.01.3900.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

3 Os danos climáticos, registrados por sucessivas infrações ambientais do Ibama e ICMBio, foram causados por: desmatamento, queimadas, uso de agrotóxicos, introdução de espécies exóticas, destruição de áreas de preservação de proteção permanente e impedimento de regeneração da vegetação nativa pela criação de gado.

4 A Reserva Garimpeira do Tapajós tem 2.874.500 hectares e foi criada em 1983 pelo governo militar.

de assentamento rural de modalidade sustentável instituído pelo Plano BR-163 Sustentável.

Elaborada no início do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), essa política de desenvolvimento sustentável foi uma resposta a mobilizações sociais que reivindicavam a prevenção do aumento de conflitos sociais, da grilagem de terras públicas e do desmatamento. O Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163, criado em 2003, foi central nesse processo, ao reunir organizações sociais do Mato Grosso e Pará — inicialmente: o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, Baixo Amazonas e Xingu (FETAGRI-BAM) e a Prelazia de Itaituba da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Leão, 2017). Assim, a justificativa do plano era que problemas socioambientais se agravariam com a pavimentação da rodovia, anunciada no fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e iniciada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de Lula, em 2007.

Mais recentemente, em abril de 2025, a Justiça Federal (Subseção Judiciária de Itaituba), com base em ACP por dano ambiental, movida em 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo ICMBio, determinou a remoção de mais de 300 famílias da Flona do Jamaxim, devido à incompatibilidade com a UC e à ausência de título dominial legítimo. São pretensões fundiárias que, de acordo com suas declarações no CAR, possuem de centenas a mais de 50 mil hectares. Foi determinada ainda a suspensão do CAR dos réus, bem como da emissão de Guias de Trânsito Animal para imóveis dentro da Flona. Na lista de desocupação, ao lado de pretensões como a do ex-prefeito de Novo Progresso Ubiraci Soares Silva (2016-2020), com 963 hectares, consta uma das fazendas da família Cordeiro (a fazenda São João, com 2.836 hectares),⁵ cujos membros também são réus da ACP de 2024 por danos climáticos. Essas ações jurídicas foram acompanhadas de operações do ICMBio de apreensão de

5 A decisão judicial e a lista de pretensões fundiárias a serem desocupadas podem ser encontradas em Piran (2025).

gado da Flona desde meados de 2024, o que tem gerado reações de ocupantes ilegais e de representantes da elite da região da BR-163 paraense, que vão de ações judiciais e reuniões com ministros e parlamentares — nas quais têm conseguido substantivo *apoio* e decisões favoráveis — a ameaças de queimadas na UC (Piran, 2024).

Em conjunto, essas medidas de combate a ilegalidades na Flona se deram em um contexto de preocupação institucional com os incêndios que se alastraram na Amazônia, no Pantanal e em São Paulo.⁶ Esses ocorridos foram comparados pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima com o “dia do fogo” de 2019 (Barbosa, 2024). Essa ação ficou conhecida internacional e nacionalmente pela orquestração de queimadas criminosas na região da BR-163 (inclusive na Flona do Jamanxim), promovidas por empresários e grileiros ao demonstrarem apoio ao desmonte ambiental realizado pelo então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) (Bronz, 2023). Assim, o terceiro mandato de Lula (2023-2026) tem sido caracterizado pela contraposição a desmontes ambientais, conforme evidencia a ACP da AGU de setembro de 2024. Em outubro de 2024, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), com base em recomendação do MPF, decidiu que o ICMBio deverá apresentar estudos técnicos caso reduza e/ou recategorize cerca de 350 mil hectares da Flona do Jamanxim em uma modalidade menos rígida de proteção (TRF1, 2024).⁷

A proposta de recategorização parcial da Flona pelo ICMBio é fruto de negociações tensas com representantes de produtores rurais — na

6 A litigância climática é recente no Brasil, datando do fim dos anos 2000 (Setzer, Cunha e Fabbri, 2019). Sobre a ACP por danos climáticos na Flona do Jamanxim, cabe apontar ainda a realização, em novembro de 2024, de dois eventos internacionais que debatem mudanças climáticas: a 29ª COP (Conferência das Partes, da Organização das Nações Unidas) em Baku, Azerbaijão; e a 19ª Reunião da Cúpula do G20 no Rio de Janeiro. A participação do Brasil nas COPs anuais é citada na ACP da AGU e ICMBio de 2024 como formadora de compromissos multilaterais para o país alcançar os objetivos da Rio-92.

7 A modalidade defendida por representantes ruralistas da região é a Área de Proteção Ambiental (APA). A APA permite atividade agropecuária e a titulação de propriedade (proibidas em Flonas), bem como mineração (atividade juridicamente controversa em Flonas).

última década também autoidentificados como ruralistas que, não raro, estão vinculados à venda ilegal de terras públicas (Torres, Doblas e Alarcon, 2017) —, empresários, garimpeiros e trabalhadores rurais da região da BR-163. Esses variados setores se organizaram desde antes da criação da UC contra sua consolidação por meio de sindicatos, associações e políticos profissionais, construindo mobilizações sociais que reuniram ainda habitantes da região não necessariamente filiados àquelas organizações ou a partidos políticos.

Esses conflitos configuraram confrontos políticos (McAdam, Tarrow e Tilly, 2004), abrangendo: mobilizações sociais; formação de identidades coletivas — *produtores rurais/ruralistas, garimpeiros, trabalhadores rurais, progressenses* (em alusão ao município de Novo Progresso) e *povo da BR-163*⁸ —; ciclos de protesto; violência coletiva; e política institucional. Esses confrontos foram ainda marcados por dinâmicas de movimentos e contramovimentos (Alonso, 2014; Silva e Pereira, 2020), ou de mobilizações e contramobilizações (Jasper e Poulsen, 1993; Ruibal, 2014) em torno da questão ambiental global e da institucionalização de demandas de movimentos sociais nacionais por reforma agrária e pela demarcação de territórios de povos etnicamente diferenciados desde os anos 1980 no país.

Assim, há uma extensa literatura sobre mobilizações sociais na Amazônia realizadas por agentes subalternizados, “atingidos”, “de esquerda” ou “progressistas” — muitas das quais surgidas por projetos de desenvolvimento e marcadas pela etnicidade.⁹ Neste trabalho, focalizo as contramobilizações motivadas por projetos de desenvolvimento, marcadas por diferenciações étnicas tendo por referência a branquitude (Bento, 2022), via classificações sociais referidas ao *colono sulista* e seu *ethos* colonizador. Nesse sentido, a presente abordagem tem por base a comparação com o caso dos *gaúchos* da

8 Emprego o itálico para destacar categorias étnicas relevantes para a análise.

9 Cf. Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011), Véronique Boyer (2024), Paula Lacerda (2013, 2014), entre outros. Almeida (2011) cita mobilizações de garimpeiros dos anos 1980, as quais já conflitavam com demandas de demarcação de terras indígenas.

região da BR-163 mato-grossense, analisados etnograficamente por Ana Claudia Marques (2013) e Luciana Almeida (2024), de modo a evidenciar como essas contramobilizações revelam atualizações da lógica no processo de colonização do Cerrado e da Amazônia.

Ao mesmo tempo, atento que se deve levar em consideração o caráter heterogêneo dos agentes analisados, em termos tanto de posicionamento ideológico-político (Pinheiro-Machado, 2019) quanto de composição social. Portanto, etnograficamente é possível observar que essas contramobilizações não configuram um único “lado” contrário à criação de terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos rurais. Ou seja, os confrontos em jogo escapam à dicotomização em lados “contra” e “a favor” desses territórios gestados pela administração federal. Durante o longo processo de confronto e de indeterminação territorial, houve uma série de nuances e alianças estratégicas entre agentes que, a princípio, poderiam se encontrar em lados opostos com relação à criação e consolidação desses territórios. De todo modo, analiticamente emprego o termo *contramobilização* para enfatizar o aspecto reacionário dessas *lutas* com relação a pautas públicas construídas por movimentos sociais no Brasil e no mundo, referidas às questões ambiental, indígena e agrária.

Este trabalho se baseia na etnografia que realizei na BR-163 paraense, com foco em Novo Progresso, desde 2013 (Lacerda, 2015, 2023). Em 2013 e 2017, meus trabalhos de campo coincidiram com momentos logo antes ou depois de protestos que tinham como pauta a flexibilização da Flona do Jamanxim. Em 2013, eu me surpreendi com a atuação conjunta em um bloqueio de rodovia de produtores rurais da *luta da Flona* e de assentados do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa, um dos assentamentos de titulação coletiva criados pelo Plano BR-163 Sustentável. Já em 2018, observei a intensa campanha política pró-Bolsonaro em Novo Progresso. Essas situações de campo direcionaram meu olhar para os cruzamentos entre: mobilizações sociais e suas alianças eventuais; modos de representação e de construção de grupos sociais; eleições; e episódios de violência coletiva. Esses atos violentos, por sua vez, se tornaram um problema a ser pesquisado, haja vista que,

embora fossem registrados publicamente — por veículos de comunicação (sobretudo de alcance nacional e internacional), organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pesquisadores¹⁰ —, eram sistematicamente negados ou minimizados por meus interlocutores do setor ruralista ou da mineração da BR-163 paraense.

Cabe apontar que não presenciei as ações coletivas que descrevo neste trabalho. Por isso, baseio-me nos relatos que obtive desses eventos, tanto nos trabalhos de campo, quanto em publicações e conversas pessoais nas mídias sociais; reportagens da imprensa; discursos de representantes em instituições públicas; e documentos governamentais. A partir das questões de campo, dialoga com as seguintes etnografias realizadas sobre a região: a) de Karina Tarca (2014) sobre a expansão da fronteira agrícola e conflitos de colonos sulistas com o governo federal a partir da criação de UCs em Cachoeira da Serra, distrito do município de Altamira vizinho a Novo Progresso; b) de Jeremy Campbell (2012, 2015) sobre como se dá o processo de fazer propriedade por colonos em Castelo dos Sonhos, outro distrito de Altamira na margem da BR-163; c) de Letícia Tedesco (2015) sobre o papel do feminino na garimpagem aurífera na bacia do rio Tapajós; d) de Telma Bemerguy (2024), que, a partir de cidades localizadas nas margens da BR-163 e da Transamazônica, analisa como imbricamentos entre macropolíticas estatais e micropolíticas do cotidiano têm atuado: no processo de formação do Estado-nação no Brasil; na persistência do colonialismo; e no fortalecimento do bolsonarismo na Amazônia.

10 Por exemplo, Castro, Monteiro e Castro (2004) e Torres (2005).

Mobilidades e misturas

As contramobilizações da *luta da Flona* parecem indicar outro lado do “*Amazonian puzzle*” analisado por Véronique Boyer (2024), focada nas dinâmicas dos posicionamentos étnicos de populações negras e indígenas em diferentes regiões da Amazônia.¹¹ No caso dos posicionamentos étnicos observados em contramobilizações na região da BR-163 paraense, a teoria nativa sobre *mistura*, reproduzida pela memória coletiva, embora afirme a heterogeneidade regional, reifica teses da supremacia branca. Essa é reforçada pela política de colonização da ditadura empresarial-militar em torno da recém-aberta estrada nos anos 1970. Afinal, a seleção social de colonos sulistas tecnicamente modernos e politicamente conformistas, operada pela colonização oficial da Amazônia (Tavares dos Santos, 1991), atualizou a tese do branqueamento dos debates sobre a política de imigração de europeus no início do século XX, quando foram privilegiados os “brancos dispostos a se misturarem” (Bemerguy, 2024, p. 207).

Conforme argumentou Telma Bemerguy em etnografia sobre estradas no Sudoeste do Pará, essa ação de colonialismo interno produziu racializações, sexualizações e imaginários fundados em assimetrias de gênero ao selecionar os mais aptos a desbravarem ao empreendimento de “rasgar” e “penetrar” a Amazônia, imaginada como território perigoso e feminilizado. Nesse processo de conquista, como Bemerguy argumenta, está em jogo a supremacia branca vinculada à branquitude. Conforme conceitua Cida Bento (2022), essa relação de dominação, arraigada em instituições

11 Boyer (2022) mostra como a colonização da Amazônia favoreceu a criação de uma cultura regional entre grupos negros e indígenas, bem como sua estigmatização enquanto “caboclos”. A teoria nativa da mistura desses grupos contradiz a teoria da mestiçagem/hibridismo no Brasil, pois reafirma a heterogeneidade e a possibilidade de reposicionamentos étnicos ao longo do tempo e na esfera pessoal e coletiva.

públicas e privadas, é constitutiva do projeto nacionalista, “patriótico”, autoritário, antidemocrático, centrado na figura do homem branco viril (logo, heteronormativo) e na valorização do conservadorismo social e religioso.

Entre os *gaúchos* da região da BR-163 no norte de Mato Grosso, Luciana Almeida (2024) também observou como a branquitude se manifesta em suas alegorias de conquista da fronteira e virilidade, que têm emergido como discurso de poder em mobilizações bolsonaristas. Almeida (2024, p. 99) demonstra como *gaúchos* manifestavam em atos pró-Bolsonaro aspectos do tradicionalismo *gaúcho* e do discurso de pioneirismo que, por seu turno, reeditavam “formas de cooperação camponesa das ‘áreas coloniais’ [...]” do sul, em um novo contexto de ascensão social. Era central nesse discurso dos *gaúchos* em Mato Grosso, conforme argumentaram Almeida (2024) e Ana Cláudia Marques (2013), o fato de que valorizavam sua aventura e espírito empreendedor, ao passo que negavam ou minimizavam o papel do Estado no processo de colonização de supostos “vazios demográficos” e de fundação de novas comunidades. Ou, seguindo a descrição de Seyferth (1992, p. 6), colonos descendentes de alemães e italianos, que povoaram o Vale do Itajaí-Mirim (SC) desde 1860, valorizavam seu labor civilizacional contra o Estado ou apesar dele, construindo comunidades prósperas na “floresta hostil [...] à revelia do descaso governamental”.

Cabe enfatizar que os *gaúchos* abandonaram a identidade de colono ao valorizarem sua mudança de status, de camponeses nas colônias do sul a grandes agricultores do agronegócio no Cerrado (Almeida, 2024). Já os *sulistas* da BR-163 paraense, embora possuísem trajetórias sociais semelhantes aos *gaúchos* de Mato Grosso, continuaram se valorizando como *colonos* na Amazônia (Campbell, 2015), mesmo também tendo como horizonte tornarem-se grandes produtores do agronegócio. Isso se deu sobretudo diante das mudanças do Plano BR-163 Sustentável, quando a narrativa do *colono* enquanto o agente *pioneiro* e *fundador* de lugares como Novo Progresso foi renovada por lideranças da região, ao buscarem legitimar seu direito à terra pela durabilidade da ocupação regional e pelo valor do trabalho

familiar sobre a natureza (Woortmann, 1994),¹² tanto para o governo federal quanto para a opinião pública.

Assim, nas contramobilizações da Flona do Jamanxim e naquelas de caráter mais explicitamente bolsonarista, os *pioneiros colonos sulistas* (brancos, sobretudo homens) foram seguidamente atualizados como modelo do pertencimento coletivo às identidades de *progressenses* e de *povo da região da BR-163*. Os *colonos pioneiros* rememorados eram tanto os poucos grandes produtores/pecuaristas que chegaram no início quanto os pequenos agricultores e peões que trabalhavam na terra, cujos familiares podiam trabalhar em garimpos, mas não se definiam como garimpeiros. Ser *colono* significava valorizar o trabalho na terra e a construção de um lugar para morar, em oposição aos *garimpeiros*, narrados pela *ostentação* e, no passado, pela não fixação no local (Lacerda, 2023).

Depois do que perceberam como uma *crise* causada por essas medidas ambientais, passaram a compor situacionalmente, em suas contramobilizações, os *progressenses* e o *povo da região da BR-163*. Essa caracterização comum de *crise na região*, cujo responsável seria o governo federal, ao estigmatizar *colonos pioneiros* como criminosos, foi primeiramente analisada por Karina Tarca (2014) em Cachoeira da Serra, distrito vizinho a Novo Progresso.

Como Jeremy Campbell (2012) mostrou, *colonos* de Castelo dos Sonhos — que trabalhavam não só com agricultura, mas com produção e comércio de ouro — se ressentiram pela forma de os

12 Como Marques (2013) aponta, o pioneirismo entre os *gaúchos* no Mato Grosso apresenta algumas especificidades em comparação ao pioneirismo entre sertanejos em Pernambuco. Por exemplo: a narrativa em primeira pessoa (em contraste com a narrativa sertaneja em terceira pessoa), que destaca o próprio protagonismo do narrador, apagando a contribuição do Estado e de concidadãos na formação social, econômica e política do município; e sua mobilidade é voltada a reencenações futuras da conquista territorial e cultural dos antepassados em “terras novas”. Contudo, há semelhanças, também observadas por Ellen Woortmann (1994) ao comparar colonos do sul e sitiantes do nordeste: em ambos os grupos, o mito do pioneirismo valorizava os fundadores de novos mundos e produzia a legitimação do direito à terra pelo trabalho familiar sobre a natureza perigosa e dadivosa.

idealizadores do Plano BR-163 (cientistas e servidores estatais) os retratarem, como destruidores da floresta amazônica, e decretarem o fim do modo de desenvolvimento que deu origem à construção da BR-163 e da colonização da região. Isto é, o novo projeto de desenvolvimento sustentável contrariava a historicidade colonizadora dos *colonos*. Essa historicidade se tornou central para a identificação compartilhada como *povo da BR-163*, que colonizou (e “civilizou”) a Amazônia e agora quer *trabalhar e produzir* em prol do progresso e do desenvolvimento (Lacerda, 2023).

No caso dos *progressenses*, seu pertencimento se dava especificamente pela narrativa de fundação, crescimento e desenvolvimento de Novo Progresso, levando a uma identificação compartilhada vinculada à história do município:

[...] Sobretudo das gerações nascidas e criadas no lugar fundado, nascidas de pais e mães *sulistas, nordestinos, paraenses e goianos*. [...] Assim, a partir da heterogeneidade reafirmada acerca das origens dos grupos étnicos, afirmavam a *mistura* pela integração e maior homogeneização, possibilitadas pela convivência e produção do lugar. [...] Essa *mistura* era bastante enfatizada no sentido de que todos sentariam juntos para comer (*sulistas e nordestinos, pobres e ricos*), se casariam entre si — homens *sulistas* seguiam preferindo se casar com

- 13** A categoria de *goianos* remete àqueles que chegaram à região após a emancipação municipal de Novo Progresso, em 1991, em busca de terras e da criação de gado bovino, abarcando mineiros, paulistas e tocantinenses de nascimento. Já os *paraenses* eram associados a garimpeiros, chegados sobretudo na virada do século, e conhecidos pela *mistura* de brancos com indígenas. Quando comparados com *nordestinos* (que haviam chegado e continuaram chegando desde os anos 1980 para trabalhar nos garimpos e, depois, nas madeiras), os *paraenses* eram vistos como mais *preguiçosos*. Já os *sulistas* se caracterizavam pela maior *formação cultural* e pelo maior *amor à terra* para trabalhar. E, como era reconhecido pelos outros grupos, eram *preconceituosos*. Essas diferenciações eram reproduzidas nos garimpos da região, conforme observou Tedesco (2015), onde os *paraenses* eram vistos como *preguiçosos*, estando em desvantagem frente: aos *nordestinos* viciados em trabalho e dinheiro; e os *sulistas* “lidos”, que chegam com maiores condições financeiras e de escolaridade.

mulheres *sulistas*, mas era comum apontarem homens não *sulistas* casando-se com mulheres *sulistas* —, frequentariam certos eventos comuns e teriam histórias, sofrimentos e lutas compartilhadas [...]. Por outro lado, a *mistura* era acompanhada por diferenciações *culturais* — gostos musicais, comidas típicas, hábitos de higiene, sexualidade e trabalho —, que se desdobravam nas diferentes atividades (agricultura, pecuária, comércio, garimpo, extração de madeira) associadas a cada grupo (Lacerda, 2021, p. 81-82).

Essa *mistura dos progressenses* reafirma a hierarquização racial da supremacia branca, de modo socialmente interseccional (preferências nos casamentos entre homens e mulheres brancos e não brancos) e historicamente dinâmico. Se *garimpeiros nordestinos* não poderiam ser *misturados* no início da colonização (restrita à *mistura* entre *sulistas* de diferentes origens regionais e/ou ascendências europeias), *garimpeiros nordestinos* e *paraenses* passaram a serem vistos como moradores com potencial de serem *misturados*. Com isso, poderiam ser reconhecidos, até certo ponto, como *pioneiros* e parte da *sociedade progressenses*, que continuava guiada pelo modelo civilizatório da família do *colono sulista*, branca e centrada na autoridade masculina.

Assim, na memória coletiva posterior à *crise*, *pioneiros colonos sulistas* e *garimpeiros nordestinos* e *paraenses* passaram a se contrapor ao Plano BR-163 Sustentável, retratando-se lado a lado como agentes da *ocupação* e colonização da área onde seria criada a Flona do Jamanxim. *Colonos* e *garimpeiros* passaram a repetir publicamente que colonizaram a Amazônia por incentivo do governo militar (“integrar para não entregar”), à custa de muitos *sofrimentos*, *dificuldades* e *sacrifícios* de suor e de sangue dos *pioneiros* frente ao *abandono do governo* — este associado à saída dos militares, os responsáveis pela manutenção da BR-163 e pela função de disciplinar a sua ocupação. A narrativa do *abandono* forjou o espírito pioneiro dos *colonos sulistas* via esse mito fundador da colonização da Amazônia na margem da BR-163, que atualizava narrativas históricas de ciclos de pioneirismo de seus antepassados no Cerrado e no sul do país (Lacerda, 2021).

Nessa narrativa, silenciavam os processos de grilagem, violência e conflito entre habitantes da região (Lacerda, 2023).

Em suma, *progressenses* e o *povo da BR-163*, em especial os *sulistas*, ressentem terem sido marginalizados com relação ao modelo de desenvolvimento protagonizado por parentes e conhecidos do sul: os *gaúchos* que fundaram cidades na BR-163 mato-grossense. A seu ver, os *gaúchos* do Mato Grosso se tornaram os verdadeiros *grandes produtores* e empresários do agronegócio, ao passo que o *povo da BR-163* paraense teve suas expectativas de desenvolvimento freadas pelas novas medidas governamentais do primeiro governo Lula. Nesse contexto, diferentes grupos compuseram comunidades imaginadas (Anderson, 2008), com base nas comunidades face a face formadas no processo de colonização, em torno das identidades municipal (*sociedade progressense*) e regional (*povo da BR-163*). As duas se tornaram agentes de ações coletivas no confronto político com o governo federal.¹⁴

Nas contramobilizações, essa memória coletiva não só continuou a tecer as comunidades imaginadas que davam carne ao engajamento nos confrontos políticos, como passou a ser repetida por aliados externos, com quem costuraram concertações políticas via sindicato ruralista e partidos políticos (Pompeia, 2020). Cabe ressaltar que habitantes e lideranças de Cachoeira da Serra e de Castelo dos Sonhos têm participado direta ou indiretamente das mobilizações que analiso adiante, embora sua descrição dê centralidade a agentes que conheci em trabalhos de campo na cidade de Novo Progresso.

14 Como argumentou Michael Herzfeld (2005, p. 7), essas comunidades face a face são geralmente as fontes dos modelos do nacionalismo ou de outras comunidades imaginadas, as quais se fundamentam em imagens de intimidade.

Movimentos da luta da Flona do Jamanxim

No contexto dos conflitos da Flona do Jamanxim, a categoria *lutar* se referia à mobilização por causas comuns que se prolongavam no tempo. *Lutas* eram construídas pelo valor ao trabalho e ao *sofrimento* e pela percepção de perda de *direitos* morais e legais, enquadrada como *injustiça* — em sentido próximo ao analisado por John Comerford (1999). Já os *movimentos* eram ações coletivas nas quais formaram agrupamentos em torno de determinadas performances específicas de mobilização, como o *movimento de bloquear a BR*. Essas ações passaram a ser chamadas de *movimentos* ao incorporarem uma linguagem que adquiriu capilaridade social e legitimidade pelo Estado a partir de conflitos agrários no Brasil desde meados dos anos 1990 (Rosa, 2010), mas também de movimentos indígenas (Ruano, 2013).

Os autodesignados *movimentos* apresentam os elementos que Charles Tilly (2006) observou para movimentos sociais no Ocidente: campanha contínua de reivindicações; performances públicas; repetidas demonstrações públicas de união, merecimento, número e comprometimento do movimento social. Porém, as reivindicações dos *movimentos*, embora remetessem a *lutas* relativamente duráveis, se direcionavam a pautas conjunturais. Podiam resultar da justaposição de mais de uma campanha contínua de reivindicações (*lutas*) ou generalizar *lutas* específicas para causas de públicos mais amplos, como a *população* ou o *povo do município* ou *da região*. Já os atos de *fazer movimentos*, embora fossem episódios das *lutas* mais ou menos contínuas, se mostraram mais efêmeros do que os movimentos sociais privilegiados pela literatura sobre o tema.

Os *movimentos* na BR-163 paraense podem ser agrupados em três modalidades de ação coletiva:

- a. **AÇÕES DIRETAS** — bloqueios de rodovia, caravanas, acampamentos, ocupações de sedes institucionais, boicotes a mecanismos de participação social do Plano BR-163 Sustentável e abaixo-assinados. Buscavam pressionar determinado modo de interlocução com o Executivo e, por vezes, com o Legislativo.

- b. **AÇÕES JURÍDICAS** — processos judiciais, mandados de segurança e denúncias. Recorriam ao Judiciário, com a mediação de advogados, e/ou objetivavam a fiscalização de ações estatais.
- c. **AÇÕES LEGAIS** — criação, aprovação e alteração da legislação (como medidas provisórias e projetos de lei) no Congresso Nacional e outros âmbitos do Legislativo. Por meio da presença nesses espaços e relações com parlamentares, procuravam (re) enquadramentos legais que subsidiassem suas reivindicações.

Visto que repertórios de ação coletiva não se reduzem aos contestatórios, mas também são compostos por negociações e encontros (Offerlé, 2009), *movimentos* constituídos por *brigas* andaram junto com *movimentos* contrastados como sendo de *diálogo* com determinados órgãos e agentes do *governo* (federal a municipal, Executivo e Legislativo). Por exemplo, por meio de telefonemas, conversas em mídias sociais (sobretudo WhatsApp), reuniões com servidores públicos, audiências públicas, redação e envio de ofícios etc. O *diálogo* ou *conversa* geraria *aproximações* com o antagonista. Ações coletivas enquadradas como *movimentos* eram consideradas modos legítimos de reivindicarem suas demandas, ainda que as melhores formas de *fazerem movimentos* fossem debatidas entre seus participantes, apoiadores e a população local e da região.

A seguir, apresento ciclos de *movimentos* como eixo analítico, por permitirem observar processos de mobilização, em suas interrelações com as diferentes formas de *brigar* e *dialogar* com o *governo* (federal), narrado como principal antagonista dos confrontos, ainda que enfrentado situacionalmente em suas diferentes instâncias. Eu me baseio nos ciclos de protesto de Sidney Tarrow (1993) e de greves de Lygia Sigaud (1986). O primeiro destaca a experimentação de novas e velhas ações coletivas. A segunda analisa as relações entre os protestos repetidos ritualmente e seu interregno. Sua abordagem etnográfica é frutífera para pensar as variações da intensidade das mobilizações e do valor relativo das pautas (reconstruídas continuamente), assim como condições e efeitos criativos dos protestos e sua produção enquanto evento político pela imprensa.

*Aproximação e distanciamento com o governo (2003-2011)*¹⁵

Em 2003, um bloqueio da BR-163 realizado na sede municipal de Novo Progresso se tornou o marco inaugural de um repertório de ações coletivas caracterizado pelo conflito com o governo federal, sintetizado na figura do presidente Lula. O ocorrido foi o estopim de uma *luta* iniciada com a criação da terra indígena (TI) Baú, dos Kayapó Mekrãnoti, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 1991. Desde então, ruralistas de Novo Progresso e adjacências (autoidentificados *produtores rurais*, *colonos* e *posseiros*), assim como ao menos quatro mineradoras,¹⁶ organizaram contramobilizações pela via jurídica, pela construção de *apoios* entre parlamentares de Brasília e pelos confrontos diretos com indígenas e funcionários da Funai.

O início da demarcação da TI por técnicos da Funai foi o estopim para a realização do bloqueio da BR-163, encabeçado pelo sindicato rural, que contou com apoio e participação do então prefeito *pioneiro* Juscelino Rodrigues (PSDB), além de mineradoras, madeireiros e ruralistas. Se Alfredo Wagner Berno de Almeida (2019) observou uma tendência recente (nos anos 2010) de coalizão de estratégias de exportação agromineral, a *luta* da TI Baú prenunciou o imbricamento de interesses da mineração e do que atualmente se designa como agronegócio, em contramobilizações à destinação de terras da União para a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas, assentamentos rurais e UCs.

15 Neste item, tomo por base entrevistas com produtores rurais, em especial representantes ruralistas da região, bem como reportagens e publicações de pesquisadores sobre a região. Ver Lacerda, 2023.

16 Documentos da Funai (1991, 2000), o mandado de segurança nº 6279 contra a TI (Brasil, 1999) e uma reportagem de Mato Grosso (Ribas, 1998) mencionaram a participação de quatro mineradoras na *luta contra a Funai*: Mineração Boqueirão Vermelho Ltda.; 2 Coringas; Tamim e Pitiatá Ltda. As três primeiras posteriormente entraram em confronto com assentados do PDS Terra Nossa, criado em parte da área desafetada da TI Baú.

Esse bloqueio de cerca de doze dias tem sido lembrado por representantes desses setores — sobretudo pelo sindicato ruralista, filiado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) — por seu desfecho vitorioso, ao lado do chamado *acordo*, mediado pela Funai, entre ruralistas e lideranças Kayapó, as quais relataram terem sofrido ameaças de morte. Dos 1,85 milhão de hectares delimitados para a TI Baú em sua criação em 1991, o *acordo* resultou na redução de 309 mil hectares da TI (quase 17% de seu território original). No *acordo*, ruralistas se comprometeram a pagar R\$ 120 mil anuais por um período de dez anos à prefeitura de Novo Progresso, que prometeu investir o dinheiro na aldeia.

A redução da TI Baú gerou um precedente e motivação para a contestação de áreas destinadas da União, como a Flona do Jamanxim (Lacerda, 2015, 2023; Torres, Doblaz e Alarcon, 2017). A memória da *vitória contra a Funai* e de suas táticas motivou parte das ações coletivas referidas à Flona do Jamanxim. Entre elas, as seguintes *brigas*: *na Justiça*, inclusive a impetração de mandado de segurança; *no Congresso*, nas quais parlamentares ruralistas que apoiavam a causa reproduziam na plenária e em audiências o discurso dos representantes e a memória de colonização, além de redigirem projetos para cancelar a Flona do Jamanxim; boicote à formação do Conselho Consultivo da UC; ocupação da sede do Ibama. Mas também as tentativas de *diálogo com o governo*, por meio de documentos diagnosticando o *problema* e propondo *soluções* (como a recategorização); *ofícios* endereçados a autoridades do Legislativo e Executivo estadual e federal; propostas de *acordos* com autarquias federais de gestão ambiental e fundiária, em especial o ICMBio e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

As *brigas no Congresso* se alimentaram de *apoios* de parlamentares de Brasília, como Kátia Abreu (DEM/TO), alcançados com *lutas* anteriores, palestras, visitas e festas. Deputados federais e senadores aliados costuraram *acordos* com ministérios e autarquias; porém, foram frustradas no desfecho dos Projetos de Decreto Legislativo impetrados por Asdrúbal Bentes (MDB) e Zequinha Marinho (então MDB), que sustariam a criação da Flona do Jamanxim. As *brigas na*

Justiça, por seu turno, suscitaram importantes vitórias em 2009 e 2011 contra o Ibama e o MPF e a favor de pecuaristas que criavam gado ilegalmente na região, inclusive dentro da Flona do Jamaxim.

A busca por *movimentos de aproximação e diálogo* com o governo se tornou cada vez mais questionada por lideranças frente a sucessivas operações de fiscalização ambiental do Ibama. Com isso, ganhou força o segmento de produtores rurais liderados pelo presidente do sindicato ruralista que defendia a necessidade de *brigar* com o governo por meio de ações drásticas diretas. A mais emblemática foi a ocupação da sede do Ibama em 2011, quando ruralistas acorrentaram o helicóptero da autarquia, mas não tiveram ganhos quanto às suas demandas contra a fiscalização ambiental.

*Todo mundo junto contra o governo (2013)*¹⁷

Em outubro de 2013, as alianças entre ruralistas e trabalhadores rurais, que vinham sendo tecidas pelo menos desde 2005 (Campbell, 2015), se concretizaram na realização de um bloqueio da BR-163 que durou dez dias nas proximidades da sede de Novo Progresso e que atraiu a atenção da mídia nacional.¹⁸ Assentados do PDS Terra Nossa se uniram a garimpeiros da Reserva Garimpeira do Tapajós e a produtores rurais da Flona do Jamaxim. Por meio de seus representantes do sindicato de trabalhadores rurais, de associações do assentamento, do sindicato de garimpeiros e do sindicato rural, demandaram:

17 Neste item, eu me baseio em reportagens sobre o bloqueio da BR-163 e em entrevistas realizadas em 2013 com trabalhadores rurais, garimpeiros, produtores rurais e seus representantes (Lacerda, 2015, 2019, 2023).

18 Meses antes, um dono de caminhão protestou no centro da cidade de Novo Progresso, onde foi exibido seu caminhão de carregamento de madeira queimado pelo Ibama. Ele usava um colete com os dizeres: “O Ibama destruiu minha ferramenta de trabalho, hoje fui eu, amanhã pode ser você!”. O ato contou com mil manifestantes. Ver Correa, Castro e Nascimento, 2013.

- a. o livre acesso à Flona do Jamanxim, pois uma guarita de fiscalização do ICMBio vinha impedindo o trânsito de combustível para garimpos da Reserva Garimpeira do Tapajós e aumentando a fiscalização sobre a extração ilegal de madeira;
- b. a redução dessa Flona, de modo que os produtores rurais das áreas desafetadas pudessem obter o título de propriedade;
- c. a *regularização* do assentamento. Nessa ocasião, o termo *regularização* passou a ter uma conotação flexibilizada (Kato, Korting e Menezes, 2022), em que a prioridade era a desafetação de pretensões fundiárias dos ruralistas. Assim, após uma decisão judicial do TRF1 desfavorável aos assentados, suas lideranças passaram a negociar a redução do PDS para terem acesso a seus direitos como beneficiários da política de reforma agrária.

Após reuniões com autoridades do Incra e o anúncio de uma audiência pública sobre a redução da Flona, o bloqueio foi desfeito. Quando conversei com ruralistas na audiência pública e posteriormente, em entrevistas e conversas informais, eles estavam divididos em torno da eficácia do bloqueio de rodovia. Mas concordavam que o único meio de pressionar o governo era chamar a atenção com uma ação polêmica, que atraía a atenção da imprensa nacional. Ruralistas que se opuseram ao bloqueio disseminaram rumores de que o sindicalista ruralista, com o qual concorriam politicamente, teria *usado* os assentados para promover seus próprios interesses. Contudo, assentados com quem conversei ressaltavam que, mesmo que tenham sido *usados*, também *usaram* os *grandes*, para ampliarem o alcance de suas demandas por terra e direitos. Afinal, “por serem ‘fracos de condições’, dependiam dos demais participantes para efetivar a briga, que além de custosa demanda conhecimentos” (Lacerda, 2019, p. 8). Assim, para quem participou do protesto, este se traduziu em uma única *briga* conjunta, fruto de *ajudas* ou *apoios* mútuos entre grupos com diferentes *condições* e *lutas*.

*Movimento pela mudança da MP 756 (2017)*¹⁹

Desde o bloqueio da BR em 2013, as mobilizações da Flona do Jamanxim e da Reserva Garimpeira do Tapajós enfrentaram derrotas no Legislativo. Em 2016, Dilma Rousseff (PT) foi afastada do cargo de presidenta em maio e cassada em agosto. O presidente Michel Temer (MDB) nomeou Sarney Filho (PV) para o MMA, o qual propôs a Medida Provisória (MP) n° 756 para alterar a Flona do Jamanxim e uma UC vizinha. Seu objetivo declarado era responder à escalada de desmatamento e violência que culminou no assassinato de um policial militar em operação ambiental naquela Flona. A MP foi assinada por Temer em dezembro de 2016 e suscitou uma repercussão midiática negativa nacional e internacionalmente, visto que a recategorizava em partes para uma modalidade de proteção mais branda. Em junho de 2017, após passar por modificações no Congresso Nacional que flexibilizaram mais o grau de proteção da Flona, Temer vetou a medida provisória integralmente.

Essas modificações no Congresso foram fruto da mobilização de lideranças ruralistas da BR-163 paraense, que se articularam no *movimento MP 756 Mudança Já!*, organizado pelo sindicato rural, políticos ruralistas e empresários locais, que não raro tinham também interesses minerários na UC. Realizaram lobbies em Brasília — onde conheceram o então deputado federal Jair Bolsonaro — e três bloqueios da BR-163 em fevereiro, abril e julho de 2017, totalizando cerca de vinte e dois dias de interdição.

Argumentavam que a MP reduzia as áreas produtivas do município, por tornar *áreas brancas* em UC e algumas áreas da Flona se

19 Neste item, minha descrição é fundamentada em reportagens, sobretudo de meios de comunicação nacionais (mas também internacionais, estaduais e locais), bem como em entrevistas realizadas entre maio e junho de 2017, com participantes dos protestos. Ver Lacerda, 2023.

tornarem parque nacional, categoria de uso mais restritiva. Nas narrativas das lideranças do *movimento*, os kayapó da TI Baú os teriam ajudado na realização do bloqueio de rodovia, concedendo ao *movimento* sua reconhecida força e habilidade, além de legitimidade, ao demonstrar, supostamente, a boa índole dos manifestantes e o alcance de suas demandas.

Após o fracasso do veto de Temer, organizaram o *movimento dos atingidos por reservas*, que ocupou e ameaçou bloquear a BR-163 em dezembro de 2017. Não fizeram o bloqueio e passaram a demandar a redução da Flona por meio de um projeto de lei proposto pelo ministro Sarney Filho (MMA) como solução para o veto da MP. Até o momento, esse projeto de lei está parado na Câmara dos Deputados.²⁰

*“Desfaça essas reservas”, “dia do fogo” e “legalização dos garimpos” (2019)*²¹

Em abril de 2019, com quase cem dias da posse de Jair Bolsonaro, representantes ruralistas (nacionais e estaduais do Pará) organizaram o Primeiro Encontro do Setor Produtivo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília.²²

20 O Projeto de Lei (PL) nº 8.107/2017 aumentaria a área da Flona que seria recategorizada em APA pela MP 756: de 305 mil hectares, a nova APA do Jamanxim passaria a contar com 349.085 hectares. O deputado federal José Priante (MDB/PA) foi relator da MP 756 e se tornou o relator do PL 8.107. Priante é primo do governador do Pará Helder Barbalho (MDB/PA), aliado de mineradoras e garimpeiros, além de ter sido membro da bancada ruralista. Já recebeu autuações por crimes ambientais.

21 Neste item, como não realizei trabalhos de campo após 2018, eu me baseei na literatura acadêmica e em reportagens — locais, estaduais, nacionais (e internacionais, no caso do “dia do fogo”) e da gravação do jornalista Ciro Barros (2019) da audiência no Mapa, em Brasília.

22 Idealizado por Carlos Xavier, presidente da Faepa/CNA, e Nabhan Garcia, nomeado por Jair Bolsonaro como secretário de Assuntos Fundiários do Mapa.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa/CNA) convidou todos os representantes dos setores produtivos, em especial os sindicatos ruralistas do Pará, para participarem da audiência. Esta contou com uma grande presença de lideranças da região da BR-163, inclusive cooperativas de mineração e o sindicalista ruralista e vice-prefeito de Novo Progresso, Gelson Dill (MDB) — que enfatizou que Novo Progresso teve 78% de votos em Bolsonaro no ano anterior. Na audiência de 2019, autoridades do Executivo federal destacaram, de modo a tranquilizar os representantes ruralistas presentes, que as regras do jogo haviam mudado novamente — contrapondo-se à mudança anterior, representada por normas e projetos do governo de Lula, como o Plano BR-163 Sustentável.

O repórter Ciro Barros (2019), da *Agência Pública*, gravou o encontro e sintetizou o evento na manchete pelo pedido ao *governo* feito por Nelci Rodrigues, importante liderança da *luta da Flona do Jamanxim*: “Desfaça tudo essas reservas que a maldita Marina Silva fez”. Nelci Rodrigues, cuja pretensão fundiária na Flona tem cerca de 2.200 hectares, é uma das mais de 300 famílias que, segundo a determinação de 2025 da Justiça Federal (com base na ACP movida em 2016 pelo MPF e ICMBio), devem desocupar a Flona do Jamanxim.

Meses depois da audiência do Mapa, Gelson Dill e outros ruralistas de Novo Progresso se tornaram os principais suspeitos pelo chamado “dia do fogo”, mas as investigações realizadas pela polícia civil e federal foram arquivadas sem encontrar responsáveis. O “dia do fogo” foi um evento político criado a partir da divulgação, por um jornal local de um *pioneiro sulista*, de que produtores rurais iriam colocar fogo na floresta no dia 10 de agosto, fim do verão amazônico, para mostrar ao então presidente Jair Bolsonaro que “queriam trabalhar derrubando a floresta”. Essas queimadas coordenadas, seguidas de incêndios florestais, atingiram áreas protegidas, como a Flona do Jamanxim. Esse ato revelou o fortalecimento da coalizão de forças entre interesses de mineradoras, garimpeiros e ruralistas, respaldados pelo governo federal, tendo entre seus objetivos grilar terras públicas, fortalecer contramobilizações a áreas

protegidas e territórios coletivos e expandir áreas para o plantio de soja (Almeida, 2019; Castro, e Castro, 2022; Menezes, 2022; Lacerda, 2023). Embora as investigações sobre o “dia do fogo” tenham sido arquivadas pela polícia federal e MPF, os principais suspeitos eram empresários, representantes políticos e sindicalistas ruralistas da região (Barbosa, 2024).

Para piorar, como ressaltou Thereza Menezes (2022), na época foram presos, temporariamente, três assentados que denunciavam ilegalidades na região com a acusação de envolvimento com as queimadas, em detrimento da prisão dos empresários contra os quais havia de fato indícios de participação nos crimes. Logo, trata-se de um evento revelador do que Igor Rolemberg e Paula Lacerda (2022, p. 99-100) conceituaram como “táticas de deslegitimação moral” promovidas por elites locais e instâncias da administração pública, que enquadram lideranças defensoras dos direitos humanos não só como contrárias ao “desenvolvimento”, mas como criminosas; articulam ainda esse mecanismo de “supercriminalização” com o de “subcriminalização”, pelo qual o enquadramento penal não se aplica aos adversários locais dessas lideranças.

Um mês depois do “dia do fogo”, garimpeiros se mobilizaram no *movimento pela regularização dos garimpos no Tapajós*, bloqueando a BR-163 em Moraes de Almeida, distrito ao norte da cidade de Novo Progresso. Entre as reivindicações do *movimento* constavam: a *regularização/legalização* dos garimpos do Tapajós; o fim da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), decretada após o “dia do fogo”; o fim do Decreto nº 6.514/2008, que permite a destruição de equipamentos usados para atividades ilegais (sobretudo mineração e desmatamento nas UCs) pelos fiscais ambientais.

A cena do fogo queimando máquinas utilizadas nos garimpos estampava os cartazes do protesto como denúncia do que entendiam ser práticas terroristas dos fiscais ambientais. Demandaram a legalização de garimpos da Reserva Garimpeira do Tapajós. Anunciaram ter o apoio de centenas de indígenas munduruku — mas não de suas lideranças —, de comerciantes e de toda a população da região, cuja economia teria sido prejudicada pelas políticas e normas ambientais.

A BR-163 foi liberada quando agendaram uma reunião com Ricardo Salles, então ministro do meio ambiente, e o ministro da casa civil em Brasília, com participação do governador Helder Barbalho.²³

Portanto, tendo em Bolsonaro um aliado, *movimentos* passaram a se voltar de forma ainda mais agressiva contra a fiscalização ambiental, além de direcionarem suas reivindicações mais ao Legislativo. Além disso, representantes da *luta da Flona* continuaram fabricando *apoios* e *acordos* com autarquias de gestão fundiária e ambiental. Contudo, no terceiro mandato de Lula, viram-se novamente em uma posição mais defensiva, promovendo contramobilizações frente a operações de fiscalização ambiental e de embargo de gado na Flona e frente à sua posição de réus em ações jurídicas por danos ambientais e climáticos, movidas pela AGU, pelo MPF e pelo ICMBio. Não à toa, Novo Progresso foi um dos locais mais citados pela imprensa pela violência dos protestos contra a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022, pois a coalização agromineral regional temia perder o avanço de seus *acordos* com a administração pública federal (Lacerda, 2023).

Considerações finais

As ações jurídicas acerca da Flona do Jamanxim levadas a cabo no terceiro mandato de Lula — a Ação Civil Pública (ACP) Reparatória de Dano Climático de 2024 movida pela AGU e ICMBio, assim como a decisão de 2025 da Justiça Federal, acerca da ACP de 2016 do MPF e ICMBio por dano ambiental — evidenciam uma dinâmica contenciosa que data de seu primeiro mandato. Esses confrontos políticos emergiram das mobilizações de movimentos sociais da

23 Desde a eleição de Bolsonaro, garimpeiros da Reserva Garimpeira do Tapajós passaram a ter maior protagonismo na organização dos bloqueios da BR-163, por meio de empresários, associações e cooperativas de garimpeiros, políticos de Novo Progresso e aliados do então vereador de Itaituba Wesley Tomaz (PSC), forte *lobista* do setor da mineração (Molina e Wanderley, 2021).

Amazônia que atuaram na elaboração do Plano BR-163 Sustentável e nas suas contramobilizações (*movimentos*) regionais, expressas em ações diretas, jurídicas e legais pela anulação ou flexibilização das medidas desse projeto de desenvolvimento sustentável.

Pesquisas etnográficas realizadas no Sudoeste do Pará (Bemerguy, 2024; Campbell, 2012, 2015; Lacerda, 2015, 2019, 2021, 2023; Tarca, 2014; Tedesco, 2015), ao detalharem por diferentes ângulos o processo de formação da configuração social da região, podem contribuir para o campo dos movimentos sociais. Por um lado, iluminam as pautas, agentes e motivações em jogo nas contramobilizações. Por outro, ao descreverem reações à criação e gestão de políticas ambientais, indígenas e agrárias, indicam de que maneiras essas contramobilizações têm resultado na sua flexibilização via formação de identidades coletivas (*garimpeiros, colonos, produtores rurais, progressenses, povo* etc.); ações coletivas; política institucional (com a campanha pela eleição de Jair Bolsonaro); e violência coletiva, como o “dia do fogo”.

As etnografias analisadas permitem ainda observar semelhanças entre mobilizações de agentes subalternizados e contramobilizações de segmentos das elites, além de alianças situacionais (*ajudas e apoios*) entre grupos que entendem ter *condições e lutas* diferentes. Apontam que, em decorrência da memória coletiva, foi tecido um imaginário de *mistura* entre agentes heterogêneos e desiguais, mas unidos como *progressenses* e/ou *povo* frente *injustiças* e/ou o *abandono do governo*.

Cabe enfatizar que o *abandono* por quem implementou a política de desenvolvimento e de colonização era constitutivo da identidade étnica e da justificação da elevação moral dos *colonos pioneiros* que, por terem atendido ao pedido de colonização do governo militar (mesmo sem seu apoio), se reproduziram como modelo da *sociedade progressense* e do *povo da BR* em novas situações que atualizavam essa relação de desconfiança e de autonomia frente ao *governo*. Portanto, esse *abandono*, cerne do espírito pioneiro e do mito fundador das cidades construídas nas fronteiras recriadas pelo colonialismo interno (Almeida, 2024; Lacerda, 2021; Marques, 2013; Seyferth, 1992), foi igualmente central em suas práticas de

formação de comunidades face a face e de comunidades imaginadas, bem como de seu engajamento em contramobilizações.

Essa metanarrativa da história regional é chave para compreender a formação do repertório das contramobilizações sociais na região da BR-163 paraense, caracterizado pela complementariedade entre ações de *briga* (como bloqueios da rodovia) e de *diálogo* (como reuniões) com o antagonista do confronto, o governo federal. Afinal, ao passo que as *brigas* eram justificadas com base nas *injustiças do governo*, o *diálogo* era defendido como valor moral de um *povo* que se entende paciente, pacífico, trabalhador e fundador de comunidades na fronteira ainda não explorada. Entre *brigas* e *diálogos*, construíram *acordos* que sucessivamente promoveram flexibilizações das medidas do Plano BR-163 Sustentável.

No repertório das contramobilizações pela descaracterização da Flona do Jamaxim, pecuaristas ou grandes *produtores rurais*, que se tornaram representantes políticos e sindicais, mantiveram o protagonismo obtido com a vitória na *luta* da TI Baú. Essa *luta* vitoriosa, reunindo em um mesmo *movimento* setores da mineração e da pecuária, mostra ainda como as estratégias de setores do modelo agromineral já apresentavam sinais de convergência desde pelo menos os anos 1990.

Mas foi durante o governo de Jair Bolsonaro que os representantes do setor da mineração se fortaleceram regional e nacionalmente, ganhando maior destaque no *diálogo* com o governo federal e nas ações coletivas que buscavam pressionar mudanças legais relativas aos garimpos do Tapajós. O discurso da *regularização* e, mais recentemente, da *legalização* é sintomático da conquista gradual das flexibilizações das políticas de regulamentação e redistribuição que datam do primeiro governo Lula.

Ademais, a medida provisória e o projeto de lei em torno da flexibilização da Flona de 2017, bem como a audiência no Mapa no início do governo de Jair Bolsonaro em 2019, demonstram o avanço da pauta das elites locais dentro de instituições governamentais, sobretudo após o *impeachment* de Dilma Rousseff. O “dia do fogo” em 2019, por seu turno, expressa como esse avanço tem promovido

criminalizações de lideranças defensoras de direitos humanos, ao passo que promove a impunidade dos mandantes dos crimes. Esse fortalecimento recente das elites locais corrobora o que tem sido observado por variadas pesquisas na Amazônia (Almeida, 2019; Castro e Castro, 2022; Menezes, 2022; Rolemberg; Lacerda, 2022, entre outros).

Por fim, como recomendações do MPF e fiscais ambientais costumam ressaltar em entrevistas, o discurso do *povo da BR* de que o governo estaria criminalizando *colonos* (leia-se *sulistas*) que supostamente trabalham na região desde os anos 1980 é bastante elucidativo de duas questões. Primeiro, é um discurso raramente verificável. Exemplos disso são casos como o da família Cordeiro, ré da ACP por danos climáticos, que passou a ocupar mais de 7 mil hectares na Flona do Jamaxim oito anos após sua criação. Logo, não se tratava de uma família de pequenos *colonos*, muito menos de *pioneiros* estabelecidos antes da criação da UC. Conforme argumentei em Lacerda (2023), esse discurso propagado por representantes regionais, que constitui suas concertações políticas (Pompeia, 2020), estende indiscriminadamente para toda a *sociedade/povo* as *injustiças* cometidas pelo *governo* e denunciadas por trabalhadores rurais, bem como por pequenos *colonos* e garimpeiros artesanais que chegaram com a abertura da BR nos anos 1970.

Em segundo lugar, apesar de sua pouca verificabilidade na prática, esse discurso segue sendo repetido por representantes de setores da elite de modo a sensibilizar públicos mais amplos, seja na imprensa, seja em *movimentos*, inclusive jurídicos. Com base no conceito de pacto narcísico da branquitude de Bento (2022), poderíamos indagar se essa sensibilização — inclusive entre intérpretes e fiscais da lei, que não raro favoreceu ruralistas da BR-163 contra medidas ambientais — encontra ainda ressonância devido ao fato de remeter não só à imagem de trabalhadores, mas à de trabalhadores brancos, que se retratam pelo caráter heroico de desbravamento de uma terra selvagem. Logo, sua autoimagem (e a autoimagem da *sociedade* que fundaram) é contrária ao imaginário corrente sobre criminalidade, que historicamente associa não brancos a inimigos do Estado-nação.

Ao defender o projeto nacionalista antidemocrático e bolsonarista, comandado por homens brancos, o *povo da BR* fortalece sua pauta de *legalização* (descriminalização) de práticas de *trabalho* e *produção* de “alimentos para o mundo” e *riquezas*, como o ouro, atreladas a noções de progresso, desenvolvimento e crescimento econômico defendidas pelo modelo agromineral. Nesse sentido, de acordo com o que podemos inferir também a partir da análise de Bemerguy (2024), a teoria nativa da *mistura* — atualizada em alianças entre agentes diferentes e desiguais nas contramobilizações cuja pauta era a flexibilização da Flona do Jamanxim — fundamentava ainda a crescente adesão regional ao projeto bolsonarista, à medida que reafirma a supremacia branca.

REFERÊNCIAS

- AGU pede à Justiça reparação de R\$ 635 milhões por danos climáticos causados por criação de gado na Amazônia. *Advocacia Geral da União*, Brasília, 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-pede-a-justica-reparacao-de-r-635-milhoes-por-danos-climaticos-causados-por-criacao-de-gado-na-amazonia>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. As estratégias de exportação agro-mineral e a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas: à guisa de Introdução. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MELO, Eriki Aleixo de; NEPOMUCENO, Ítala T. Rodrigues; BENVEGNŪ, Vinícius Cosmos (orgs.). *Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas*. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019. p. 47-70.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombolas e novas etnias*. Manaus: UEA, 2011. p. 15-33.
- ALMEIDA, Luciana Schleder. Agro a galope: alegorias da conquista e agrobolsonarismo. *Século XXI-Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 14, n. 2, 2024.
- ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 100, p. 115-137, 2014.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Leandro. Investigações sobre “Dia do Fogo” na Amazônia não identificaram culpados. *Agência Pública*, São Paulo, 24 ago. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/nota/investigacoes-sobre-dia-do-fogo-na-amazonia-nao-identificaram-culpados/>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- BARROS, Ciro. “Desfaça tudo essas reservas”, diz produtora a secretário em reunião de fazendeiros do Pará com governo federal.

- Agência Pública*, São Paulo, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2vplCMB>. Acesso em: 3 out. 2022.
- BEMERGUY, Telma de Sousa. *Estradas da conquista e caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira*. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Mandado de Segurança nº 6279*. Assunto: Portaria -Suspensão/Anulação. Impetrante: Novo Progresso. Advogado. Asdrúbal Mendes Bentes. Impetrado: Ministro de Estado da Justiça. Relator: Ministro José Delgado - Primeira Seção. Brasília, 12 de abril de 1999. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/MGD00057.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- BOYER, Véronique. *The Amazonian puzzle: Ethnic Positionings and Social Mobilizations*. Tradução: Precious Brown. New York: Berghahn, 2024.
- BRONZ, Deborah. O desmonte ambiental pela via dos incêndios florestais na Amazônia brasileira. *Horizontes Antropológicos*, [s. l.], v. 66, n. 29, p. 1-29, 2023.
- CAMPBELL, Jeremy M. Between the Material and the Figural Road: The Incompleteness of Colonial Geographies in Amazonia. *Mobilities*, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 481-500, 2012.
- CAMPBELL, Jeremy M. *Conjuring Property: Speculation and Environmental Futures in the Brazilian Amazon*. Seattle: University of Washington Press, 2015.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. *Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá-Santarém*. NAEA/UFPA, Belém, n. 119, 2004.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 25, n. 1, p. 11-36, 2022.

- COMERFORD, John. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; NuAP/UFRJ, 1999.
- CORREA, Simy de Almeida; CASTRO, Edna Maria Ramos de; NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. Política florestal e conflitos socioambientais na rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163). In: CARNEIRO, Marcelo Sampaio; NETO, Manuel Amaral; CASTRO, Edna Maria Ramos de (orgs.). *Sociedade, floresta e sustentabilidade*. Belém: IIEB; NAEA, 2013. p.107-129.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Informação nº 37, Departamento de Identificação e Delimitação/ Departamento de Assunto Fundiário. *Procedimento de Demarcação da TI Baú (PA)*. Ministério da Justiça. Brasília, 03 ago. 2000.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Processo FUNAI/4ª.SUER/0327/90. *Parecer nº18*. Relatora Wilma M. Leitão. Brasília, 20 set. 1991.
- HERZFELD, Michael. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. Nova York/Londres: Routledge, 2005.
- JASPER, James M.; POULSEN, Jane. Fighting back: Vulnerabilities, blunders, and countermobilization by the targets in three animal rights campaigns. *Sociological Forum*, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 639-657, 1993.
- KATO, Karina; KORTING, Matheus; MENEZES, Thereza. *A solução é a regularização fundiária?: privatização da terra, digitalização de registros e o papel do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.
- LACERDA, Paula Mendes (org.). *Mobilização social na Amazônia: a “luta” por justiça e por educação*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.
- LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 153-168, 2013.
- LACERDA, Renata Barbosa. A cidade como forma de diferenciação: famílias pioneiras e fundadores na Amazônia. *Wamon*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 69-89, 2021.
- LACERDA, Renata Barbosa. Brigar junto contra o governo: alianças e disputas na implantação de um plano de desenvolvimento sustentável. *RBCS*, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 1-19, 2019.

- LACERDA, Renata Barbosa. *Fazer movimentos: mobilidade, família e Estado no Sudoeste Paraense*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- LACERDA, Renata Barbosa. *Terra sem lei? Sociedade e política no governo da Amazônia*. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- LEÃO, Andréa Simone Rente. *Na trilha da estrada: (des) caminhos do Plano BR-163 Sustentável como concepção do desenvolvimento na Amazônia*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- MARQUES, Ana Cláudia. Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco: Novos e velhos capítulos da colonização no Brasil. *RBCS*, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 85-103, 2013.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MENEZES, Thereza. Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica. *Trabalho Necessário*, [s. l.], v. 20, n. 41, p. 1-26, 2022.
- MOLINA, Luísa; WANDERLEY, Luiz Jardim (orgs.). *O cerco do ouro: garimpo ilegal, destruição e luta em terras Munduruku*. Brasília, DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2021.
- OFFERLÉ, Michel. *Sociologie des organisations patronales*. Paris: Éditions La Découverte, 2009.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- PIRAN, Adécio. Flona Jamanxim – A vingança será com fogo. *Folha do Progresso*, Novo Progresso, 10 jul. 2024. Disponível em: <https://old.folhadoprogresso.com.br/flona-jamanxim-a-vinganca-sera-com-fogo/>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- PIRAN, Adécio. Veja lista das 316 desocupação da Floresta Nacional do Jamanxim. *Folha do Progresso*, Novo Progresso, 17 abr. 2025.

- Disponível em: <https://old.folhadoprogreso.com.br/veja-lista-das-316-desocupacao-da-floresta-nacional-do-jamxim/>. Acesso em: 12 maio 2025.
- POMPEIA, Caio. Concertação e poder. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *RBCS*, São Paulo, v. 35, n. 104, 2020.
- RIBAS, Neumann. Continua tensão na divisa de Mato Grosso com Pará. *Folha do Estado*, Cuiabá, 23 de julho de 1998.
- ROLEMBERG, Igor; LACERDA, Paula. Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira: enquadramentos morais, legais e associativos. *Anuário Antropológico*, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 87-106, 2022.
- ROSA, Marcelo Carvalho. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva no Brasil. In: ROSA, Marcelo Carvalho (org.). *Greves, acampamentos e outras formas de mobilização social: o legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais*. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2010.
- RUANO, Elizabeth del Socorro. “Minga” e *Air* em perspectiva comparada: Formas e significados nos protestos indígenas na Colômbia e no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- RUIBAL, Alba M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 14, p. 111-138, 2014.
- SETZER, Joana; CUNHA, Kamyla; FABBRI, Amália Botter (orgs.). *Litigância climática: novas fronteiras para o direito ambiental no Brasil*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.
- SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade. Análise das representações sobre a identidade camponesa. *RBCS*, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 1-31, 1992.
- SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 319-343, 1986.

- SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 20, p. 26-49, 2020.
- TARCA, Karina. “Entre tempos bons e ruins”. *Processos de expansão e fechamento na fronteira amazônica: o caso de Cachoeira da Serra no sul do Pará*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As novas terras como forma de dominação. *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, p. 67-82, 1991.
- TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. *Social Science History*, v. 17, n. 2, p. 281-307, 1993.
- TEDESCO, Leticia da Luz. *No Trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro Amazônica*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), University Amsterdam (Amsterdam), 2015.
- TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2006.
- TORRES, Mauricio (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.
- TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. *Dono é quem desmata*. Conexões entre grilagem e desmatamento no Sudoeste Paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira, Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017.
- TRF1. Redução dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim no Pará e recategorização devem ocorrer somente após os devidos estudos técnicos. *TRF1*, Brasília, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.trf1.jus.br/trf1/noticias/reducao-dos-limites-da-floresta-nacional-do-jamanxim-no-para-e-recategorizacao-devem-ocorrer-somente-apos-os-devidos-estudos-tecnicos->. Acesso em: 16 nov. 2024.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1994.